

# **Demonstrações Contábeis Regulatórias**

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste  
Potiguar S.A.**

31 de dezembro de 2019  
Com Relatório do auditor independente

# **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

## Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Balanço patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações contábeis societárias*

A Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 27 de março de 2020.

### *Auditoria dos valores correspondentes*

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 30 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de maio de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a faint circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

CNPJ: 25.224.629/0001-46

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Ativo</b>			
<b><u>Ativo circulante</u></b>		<b>52.736</b>	<b>73.688</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.694	72.115
Investimentos de curto prazo	4	38.984	-
Concessionárias e permissionárias	5	6.073	-
Tributos compensáveis		1.570	1.570
Adiantamento a fornecedores		2.382	-
Outros ativos		33	3
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		<b>174.305</b>	<b>109.993</b>
Imobilizado	6	174.305	109.880
Intangível	6	-	113
<b>Total do Ativo</b>		<b>227.041</b>	<b>183.681</b>
<b>Passivo</b>			
<b><u>Passivo circulante</u></b>		<b>76.376</b>	<b>20.961</b>
Debêntures	7	3.444	2.787
Fornecedores	8	18.855	16.899
Obrigações sociais e trabalhistas		529	589
Tributos e contribuições a recolher		6.857	686
Partes relacionadas - Dividendos	9.1	36.117	-
Encargos regulatórios		265	-
Provisões pré-operacionais		9.600	-
Outros passivos		709	-
<b><u>Passivo não circulante</u></b>		<b>157.704</b>	<b>152.285</b>
Debêntures	7	156.895	152.285
Outras obrigações		809	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>(7.039)</b>	<b>10.435</b>
Capital social	11.1	10.481	10.481
Reserva de lucros		2.096	(46)
Prejuízo do exercício		(19.616)	-
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>227.041</b>	<b>183.681</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

CNPJ: 25.224.629/0001-46

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita / Ingresso</b>			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		44.513	-
<b>Tributos</b>			
Programa de Integração Social - PIS		(723)	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS		(3.331)	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(400)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(178)	-
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>12</b>	<b>39.881</b>	<b>-</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>			
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>39.881</b>	<b>-</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>			
Pessoal e Administradores	<b>13</b>	(1.014)	-
Material		(231)	-
Serviços de Terceiros		(615)	(31)
Arrendamento e Aluguéis		(142)	-
Seguros		(157)	-
Tributos		(237)	-
Depreciação e Amortização		(3.071)	-
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>34.414</b>	<b>(31)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Despesas Financeiras		(9.615)	-
Receitas Financeiras		1.161	-
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>25.960</b>	<b>(31)</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(7.317)	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>18.643</b>	<b>(31)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

CNPJ: 25.224.629/0001-46

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	18.643	(31)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>18.643</u>	<u>(31)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

CNPJ: 25.224.629/0001-46

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros (prejuízos) acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>(15)</b>	<b>(10)</b>
Aumento de Capital Social	10.476	-	-	<b>10.476</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(31)	<b>(31)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>10.481</b>	<b>-</b>	<b>(46)</b>	<b>10.435</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	18.643	<b>18.643</b>
Destinação do resultado do exercício:				
Reserva Legal	-	2.096	(2.096)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(36.117)	<b>(36.117)</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>10.481</b>	<b>2.096</b>	<b>(19.616)</b>	<b>(7.039)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

CNPJ: 25.224.629/0001-46

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>25.960</b>	<b>(31)</b>
<b>Itens que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Depreciação e amortização	3.071	-
Juros e variações monetárias	15.142	11.403
Outros	(2.282)	-
	<u><b>41.891</b></u>	<u><b>11.372</b></u>
<b>Aumento de Ativos</b>		
Concessionárias e permissionárias	(6.073)	-
Tributos compensáveis	(652)	(1.558)
Adiantamento a fornecedores	(2.382)	-
Outros	(30)	(2)
	<u><b>(9.137)</b></u>	<u><b>(1.560)</b></u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos regulatórios	262	-
Fornecedores	7.543	(487)
Obrigações sociais e trabalhistas	(60)	32
Tributos e contribuições a recolher	(5.357)	413
Outros	1.533	-
	<u><b>3.921</b></u>	<u><b>(42)</b></u>
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(723)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u><b>35.952</b></u>	<u><b>9.770</b></u>
<b>REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Investimentos de curto prazo	(105.754)	-
Resgates de curto prazo	69.036	-
Aquisição de ativo imobilizado	(57.746)	(81.822)
Aquisição de ativo Intangível	(37)	(65)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u><b>(94.501)</b></u>	<u><b>(81.887)</b></u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos pagos	-	(150.000)
Juros pagos (encargos de dívidas)	(9.872)	(7.838)
1ª Emissão de Debêntures	-	151.337
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u><b>(9.872)</b></u>	<u><b>(6.501)</b></u>
<b>REDUÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(68.421)</b>	<b>(78.618)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Saldo no início do exercício	72.115	150.733
Saldo no final do exercício	3.694	72.115
<b>Redução líquida no caixa e equivalente de caixa</b>	<u><b>(68.421)</b></u>	<u><b>(78.618)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A (“Companhia” ou “ETAP”), está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
013/2016	30	2046	R\$ 56.263	IPCA

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 06 de abril de 2019, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

### **2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 16, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de maio de 2020.

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

#### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 16, para melhor entendimento do leitor.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

### **3.1. Ativos financeiros**

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

### 3.2. Imobilizado e Intangível

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

## **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.3. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores, debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado.

### **3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.5. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

#### **3.5.1. Provisões para contingências**

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

### **3.6. Tributação**

#### **3.6.1. Impostos sobre a receita**

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

## **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### **3.6.2. Imposto de renda e contribuição social:**

#### Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

#### Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

### **3.7. Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

#### **3.7.1. Receita anual permitida (RAP)**

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

#### **3.7.2. Receitas de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

### 3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018	
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	42.678	42.678	72.115	72.115
Caixa e Aplicações Financeiras	42.678	42.678	72.115	72.115
Caixa	3.694	3.694	72.115	72.115
Investimentos de curto prazo - Banco Itaú - STA	31.325	31.325	-	-
Investimentos de curto prazo - Banco Itaú - Corp Federal Plus	7.659	7.659	-	-

## 5. Concessionárias e permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES		TOTAL 2019	TOTAL 2018
	A vencer	Mais de 60 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	6.043	30	6.073	-
<b>TOTAL</b>	<b>6.043</b>	<b>30</b>	<b>6.073</b>	<b>-</b>

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

### 6. Imobilizado e intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	-	-	176.443	-	176.443	176.443	(3.071)	173.372	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	1.183	-	1.183	1.183	(24)	1.159	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	175.255	-	175.255	175.255	(3.046)	172.209	-
Móveis e Utensílios	-	-	5	-	5	5	(1)	4	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	-	176.443	-	176.443	176.443	(3.071)	173.372	-
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (C)	Reclassificação	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	103.796	63.946	(166.285)	(555)	903	(102.339)	-	903	103.796
Edificações Obras Cíveis e Benfeitorias	-	2.227	(2.227)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	6	98	(104)	-	-	(6)	-	-	6
Móveis e Utensílios	-	3	(3)	-	-	-	-	-	-
A ratear	102.947	61.583	(163.951)	(555)	24	(102.368)	-	24	102.947
Material em depósito	-	35	844	-	879	879	-	879	-
Fornecedores Obra	844	-	(844)	-	-	(844)	-	-	844
<b>Administração</b>	6.083	3.400	(10.008)	555	30	(6.608)	-	30	6.083
Máquinas e Equipamentos	9	-	(7)	-	2	(7)	-	2	9
Equipamentos de Informática	68	-	-	(68)	-	-	-	-	68
Móveis e Utensílios	42	27	(109)	68	28	(82)	-	28	42
A ratear	4.907	3.373	(9.892)	1.612	-	(6.519)	-	-	4.907
Fornecedores de Obra	1.057	-	-	(1.057)	-	-	-	-	1.057
<b>Subtotal</b>	109.880	67.346	(176.293)	-	933	(108.947)	-	933	109.880
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	109.880	67.346	150	-	177.376	67.496	(3.071)	174.305	109.880

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 6.2. A composição das adições do imobilizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Moveis e Utensílios	A ratear	Material em depósito
<b>Transmissão</b>	<b>2.227</b>	<b>98</b>	<b>3</b>	<b>61.583</b>	<b>35</b>
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.227	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	98	-	-	-
Moveis e Utensílios	-	-	3	-	-
A ratear	-	-	-	61.583	-
Material em depósito	-	-	-	-	35
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>3.373</b>	<b>-</b>
Moveis e Utensílios	-	-	27	-	-
A ratear	-	-	-	3.373	-
<b>Subtotal</b>	<b>2.227</b>	<b>98</b>	<b>30</b>	<b>64.956</b>	<b>35</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado em curso</b>	<b>2.227</b>	<b>98</b>	<b>30</b>	<b>64.956</b>	<b>35</b>

### 6.3. A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
<b>Transmissão</b>	<b>45</b>	<b>12</b>	<b>(57)</b>	<b>-</b>	<b>(45)</b>	<b>-</b>	<b>45</b>
Servidões	-	6	(6)	-	-	-	-
Softwares	45	6	(51)	-	(45)	-	45
<b>Administração</b>	<b>68</b>	<b>25</b>	<b>(93)</b>	<b>-</b>	<b>(68)</b>	<b>-</b>	<b>68</b>
Softwares	68	25	(93)	-	(68)	-	68
<b>Subtotal</b>	<b>113</b>	<b>37</b>	<b>(150)</b>	<b>-</b>	<b>(113)</b>	<b>-</b>	<b>113</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>113</b>	<b>37</b>	<b>(150)</b>	<b>-</b>	<b>(113)</b>	<b>-</b>	<b>113</b>

### 6.4. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Transmissão		176.443	(3.071)	173.372	-
Custo Histórico	1,74%	176.443	(3.071)	173.372	-
		<b>176.443</b>	<b>(3.071)</b>	<b>173.372</b>	<b>-</b>
<b>Em Curso</b>					
Transmissão	-	903	-	903	103.796
Administração	-	30	-	30	6.083
		<b>933</b>	<b>-</b>	<b>933</b>	<b>109.880</b>
		<b>177.376</b>	<b>(3.071)</b>	<b>174.305</b>	<b>109.880</b>

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- 6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

<u>Transmissão</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u> <u>(%)</u>
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 7. Debêntures

a. Abertura do endividamento é composto da seguinte forma:

2019															
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.444	-	156.895	160.339											
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	429	-	40.630	41.059	Sim	dez-17	Recebíveis	CDI	107,10%	15/03/20	Semestral	15/09/23	15/09/23	Anual	SAC
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	3.015	-	116.265	119.280	Sim	dez-17	Recebíveis	IPCA	107,10%	15/03/20	Semestral	15/09/24	15/09/25	Anual	SAC

  

2018															
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.524	(737)	152.285	155.072											
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª série	793	(247)	40.384	40.930	Sim	dez-17	Recebíveis	CDI	107,10%	07/06/19	Semestral	07/06/19	15/09/23	Anual	SAC
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª série	2.731	(490)	111.901	114.142	Sim	dez-17	Recebíveis	IPCA	107,10%	07/06/19	Semestral	07/06/19	15/09/25	Anual	SAC

Em 15 de setembro de 2018, a Companhia realizou a 2ª Emissão de 156.000 debêntures simples, totalizando R\$ 156.000, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária nos termos do artigo 58 caputs, da Lei 6.404/76, com garantia fidejussória adicional. O liquidante é o BTG S/A. As debêntures emitidas na 1ª série tem prazo de vencimento de 5 anos, sendo assim, o vencimento previsto em 15 de setembro 2023, a 2ª série tem prazo de vencimento de 7 anos, vencendo, portanto, em 15 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, incidentes sobre a PU de 107,1% da taxa DI.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). Em 31 de dezembro de 2019, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

A Alupar declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável fiadora principal pagadora e devedora solidária do valor garantido, desde a data de emissão até a data de verificação do pagamento integral do valor garantido.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### b. Composição do endividamento e dívida líquida:

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>3.444</b>	-	<b>156.895</b>	<b>160.339</b>	<b>155.072</b>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.444	-	156.895	160.339	155.072
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	-	<b>(42.678)</b>	-	<b>(42.678)</b>	<b>(72.115)</b>
Alta Liquidez	-	(3.694)	-	(3.694)	(72.115)
Demais Aplicações Financeiras	-	(38.984)	-	(38.984)	-
<b>(+) Dívida Líquida I</b>	<b>3.444</b>	<b>(42.678)</b>	<b>156.895</b>	<b>117.661</b>	<b>82.957</b>
<b>(+) Dívida Líquida II</b>	<b>3.444</b>	<b>(42.678)</b>	<b>156.895</b>	<b>117.661</b>	<b>82.957</b>

## 8. Fornecedores

O saldo da conta fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos para construção da infraestrutura, assim como operação e manutenção, no curso normal dos negócios, que será liquidado no período de 12 meses.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores	18.855	16.899
	<u><b>18.855</b></u>	<u><b>16.899</b></u>

## 9. Partes relacionadas

### 9.1. Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício findo 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 36.117.

### 9.2. Remuneração da alta Administração

A remuneração da Administração incluindo diretoria e conselho de administração totalizou em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 10, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação (em 2018 não houve pagamento).

## 10. Provisões para litígios

A Companhia reconhece em seus registros contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda que sejam relevantes.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 11. Patrimônio líquido

#### 11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 10.481 composto por 10.481.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

Acionistas	31/12/2019 e 31/12/2018	
	Ordinárias	%
Alupar Investimentos S/A	10.480.999	100
Outros	1	0
	<u>10.481.000</u>	<u>100,00</u>

#### 11.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

### 12. Receita operacional bruta e líquida

Receita Líquida	R\$ Mil	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>	<b>44.998</b>	-
(-) Parcela Variável	(485)	-
Programa de Integração Social - PIS	(723)	-
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.331)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(160)	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(178)	-
Outros Encargos	(240)	-
<b>Total</b>	<b>39.881</b>	-

#### Reajuste Tarifário Anual

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de revisão tarifária a cada cinco anos e terá a primeira revisão em 1 de julho de 2022.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 13. Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(1.003)</b>	-
Remuneração	(400)	-
Encargos	(158)	-
Previdência privada	(23)	-
Serviços de terceiros	(59)	-
Seguros	(5)	-
Assistência médica e odontológica	(40)	-
Despesas rescisórias	(2)	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(316)	-
<b>Administradores</b>	<b>(10)</b>	-
Benefícios dos administradores	(10)	-
<b>Total</b>	<b>(1.014)</b>	-

### 14. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para Imposto de renda e Contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	25.960	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (25% e 9%)	34%	-
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	8.826	-
Outros	(1.509)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>7.317</b>	-

### 15. Demonstrações do Resultado do exercício segregado por atividade

A Companhia atua apenas em um único segmento uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>						
<b><u>Ativo Circulante</u></b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3.694	-	3.694	72.115	-	72.115
Investimentos de curto prazo	38.984	-	38.984	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	6.073	-	6.073	-	-	-
Ativo contratual da concessão	-	50.347	50.347	-	-	-
Tributos Compensáveis	1.570	-	1.570	1.570	-	1.570
Outros Ativos Circulantes	2.415	-	2.415	3	-	3
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>						
Ativo contratual da concessão	-	471.470	471.470	-	229.748	229.748
Imobilizado	174.305	(174.101)	204	109.880	(109.880)	-
Intangível	-	-	-	113	(113)	-
<b>Total do Ativo</b>	<b><u>227.041</u></b>	<b><u>347.716</u></b>	<b><u>574.757</u></b>	<b><u>183.681</u></b>	<b><u>119.755</u></b>	<b><u>303.436</u></b>

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b><u>Passivo Circulante</u></b>						
Debêntures	3.444	-	3.444	2.787	-	2.787
Arrendamentos	-	56	56	-	-	-
Fornecedores	18.855	-	18.855	16.899	-	16.899
Partes relacionadas - Dividendos	36.117	-	36.117	-	-	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	4.657	4.657	-	-	-
Provisões pré-operacionais	9.600	-	9.600	-	-	-
Encargos regulatórios	265	-	265	-	-	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	-	-	589	-	589
Tributos	-	-	-	686	-	686
Outros passivos	8.095	-	8.095	-	-	-
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>						
Debêntures	156.895	-	156.895	152.285	-	152.285
Arrendamentos	-	157	157	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	103.304	103.304	-	27.479	27.479
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	-	43.611	43.611	-	22.171	22.171
Outros passivos	809	-	809	-	-	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>234.080</b>	<b>151.785</b>	<b>385.865</b>	<b>173.246</b>	<b>49.650</b>	<b>222.896</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	10.481	-	10.481	10.481	-	10.481
Reservas de Lucros	(17.520)	195.931	178.411	(46)	70.105	70.059
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(7.039)</b>	<b>195.931</b>	<b>188.892</b>	<b>10.435</b>	<b>70.105</b>	<b>80.540</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>227.041</b>	<b>347.716</b>	<b>574.757</b>	<b>183.681</b>	<b>119.755</b>	<b>303.436</b>

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	44.513	(44.513)	-	-	-	-
Receita de Operação e Manutenção	-	6.743	6.743	-	-	-
Remuneração do ativo contratual da concessão	-	57.995	57.995	-	-	-
Receita de infraestrutura	-	272.329	272.329	-	206.338	206.338
(-) Parcela Variável	-	(485)	(485)	-	-	-
<b>Tributos</b>						
PS	(723)	-	(723)	-	(3.404)	(3.404)
Cofins	(3.331)	-	(3.331)	-	(15.682)	(15.682)
PS e Cofins Diferido	-	(27.016)	(27.016)	-	-	-
<b>Encargos - Parcela "A"</b>						
Taxas regulamentares - Diferido	-	919	919	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(400)	-	(400)	-	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(178)	-	(178)	-	(825)	(825)
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>	<b>39.881</b>	<b>265.972</b>	<b>305.853</b>	<b>-</b>	<b>186.427</b>	<b>186.427</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>	<b>39.881</b>	<b>265.972</b>	<b>305.853</b>	<b>-</b>	<b>186.427</b>	<b>186.427</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
Pessoal e Administradores	(1.014)	-	(1.014)	-	-	-
Material	(231)	-	(231)	-	-	-
Serviços de Terceiros	(615)	-	(615)	(31)	-	(31)
Arrendamento e Aluguéis	(142)	71	(71)	-	-	-
Seguros	(157)	-	(157)	-	-	-
Tributos	(237)	28	(209)	-	-	-
Depreciação	(3.071)	3.012	(59)	-	-	-
Custo de infraestrutura	-	(67.383)	(67.383)	-	(98.786)	(98.786)
Outras Despesas Operacionais	-	(28)	(28)	-	-	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>34.414</b>	<b>201.672</b>	<b>236.086</b>	<b>(31)</b>	<b>87.641</b>	<b>87.610</b>
<b>Resultado Financeiro</b>						
Despesas Financeiras	(9.615)	(21)	(9.636)	-	-	-
Receitas Financeiras	1.161	-	1.161	-	-	-
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>	<b>25.960</b>	<b>201.651</b>	<b>227.611</b>	<b>(31)</b>	<b>87.641</b>	<b>87.610</b>
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(7.317)	(75.825)	(83.142)	-	(25.003)	(25.003)
<b>Lucro (Prejuízo) após o Imposto do Exercício</b>	<b>18.643</b>	<b>(125.826)</b>	<b>144.469</b>	<b>(31)</b>	<b>(62.638)</b>	<b>62.607</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

### 16.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constrói, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

### (a) Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

### (b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento e (ii) atualizado pelo pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

## **ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

### (c) Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

### (d) Arrendamentos

CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatórios

## ETAP – Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 16.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	188.892	80.540
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(347.728)	(70.105)
Arrendamento (CPC 06)	12	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	151.785	-
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	<u><b>(7.039)</b></u>	<u><b>10.435</b></u>

### 16.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	144.469	62.607
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>		
Ativo financeiro da concessão (CPC 47)	-	(62.638)
Receita bruta	(292.069)	-
Tributos e encargos	26.097	-
Depreciação e amortização	(3.012)	-
Arrendamento (CPC 06)	(71)	-
Custos operacionais	67.404	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	75.825	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u><b>18.643</b></u>	<u><b>(31)</b></u>

\* \* \*

---

Patrícia Nalini Sávio Ferreira  
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2